

Sarney anuncia suspensão de obras e compras no Senado

Presidente do Senado promete fazer uma avaliação das prioridades e da maneira como a Casa deve proceder nas aquisições, reafirmando a meta de cortar 10% nos gastos com a máquina administrativa neste ano



Jonas Pereira

Na primeira entrevista coletiva depois de assumir a Presidência do Senado, José Sarney informou que a Casa está identificando todos os gastos que podem ser cortados, para cumprir a meta de economia anual de 10%, da qual assegurou não se afastar.

Sarney defendeu também alterações no Regimento Interno, "muito defasado", e prometeu dividir as atribuições de comando com outros membros da Mesa.

MP só para economia, calamidade e ordem interna

José Sarney afirmou que vai propor ao presidente da Câmara, Michel Temer, a criação de um colegiado das duas Casas para analisar todas as propostas que limitam o uso de medidas provisórias (MPs). Ele pretende restringir esse instrumento a matérias econômico-financeiras, de calamidade pública e de ordem interna. **4 e 5**



Jane Araújo

Sarney concede sua primeira entrevista coletiva como presidente do Senado, depois de reunir a Mesa diretora (foto ao lado) para definir questões administrativas e traçar metas para o biênio 2009/2010

Adesão da Venezuela ao Mercosul volta ao debate

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul reúne-se na próxima quarta-feira para discutir a entrada da Venezuela no bloco. A adesão já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas precisa ainda do voto favorável do Senado para entrar em vigor. **8**

Renan quer emendar a MP das dívidas de prefeituras

Objetivo é fixar percentual que os municípios poderão destinar aos débitos previdenciários. **3**

Cruz Vermelha recebe homenagem de senadores

Ações da entidade que atua há cem anos no país foram lembradas. **7**



Luiz Hernandez, presidente da Cruz Vermelha no Brasil, fala ao Plenário

Agripino defende juros mais baixos contra a crise

Turbulência exige "um tiro de calibre 12" e não "disparos de chumbinho", afirma senador. **6**

Gerardo Magela

Segundo João Pedro e José Nery, parlamentares que apoiam causa do refugiado italiano pretendem visitar ministros do STF e fazer gestões junto à OAB em favor do ex-ativista

Parlamentares brasileiros visitam Battisti na prisão

Os senadores João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA), com os deputados José Eduardo Cardozo (PT-SP) e Manuela D'Ávila (PCdoB), fizeram ontem uma visita ao ex-ativista político italiano Cesare Battisti, preso na penitenciária da Papuda, em Brasília. Battisti aguarda decisão da Justiça brasileira sobre pedido de extradição do governo da Itália, onde foi condenado à prisão perpétua.

De acordo com João Pedro, Battisti está bem de saúde, mas lhe pareceu "triste e apreensivo, sob muita pressão".

– Como ele está acompanhando o noticiário, ele está apreensivo em relação à decisão que o Supremo irá tomar – afirmou.

José Nery disse que, apesar de "abalado pela insegurança quanto ao desfecho final" do processo, o refugiado se emocionou em alguns momentos do encontro. De acordo com Nery, Battisti "manifestou confiança no Poder Judiciário brasileiro".

Ex-membro do grupo Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), organização de esquerda que atuou na Itália no final da década de 1970, Battisti foi condenado pela participação em quatro assassinatos. Em janeiro deste ano, o ministro da Justiça brasileiro, Tarso Genro, concedeu ao italiano *status* de refugiado político, sob a alegação de que os crimes cometidos tinham motivação política.

Nery disse considerar Battisti um "arquivo vivo das atrocidades cometidas pelo Estado italiano naquele período", daí a urgência do governo daquele



João Pedro diz que Battisti aguarda decisão do Supremo com apreensão

país em obter sua extradição.

João Pedro relatou que Battisti "negou peremptoriamente" a autoria dos crimes. O senador afirmou que apoia a decisão do ministro da Justiça.

– Tarso Genro se pautou por normas internacionais. Estranho a postura da Itália, que convocou seu embaixador, inquiriu o embaixador brasileiro na Itália. O Battisti ficou 14 anos na França, e, naquela época, a Itália não tomou nenhuma decisão como essa – criticou.

João Pedro acrescentou que o grupo de parlamentares que apoia a causa de Battisti pretende visitar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e fazer gestões junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em favor do ex-militante.

Supremo

O STF deve se manifestar sobre o caso Battisti em março. A corte vai decidir sobre a natureza dos crimes praticados pelo ex-ativista. Se o tribunal decidir que foram crimes comuns, e não políticos, Battisti perderá o



Segundo Nery, ex-militante manifesta confiança no Judiciário brasileiro

status de refugiado e será extraditado. O assunto divide juristas e parlamentares brasileiros.

Na Itália, a defesa de Battisti alega que a condenação teria se baseado, sobretudo, nos depoimentos colhidos por delação premiada de ex-militantes do PAC e atuais inimigos de Battisti, especialmente de Pietro Mutti. Também argumenta que o ex-militante não exerceu seu direito a defesa durante o processo.

Já a Justiça italiana observa que a decisão que condenou Battisti à prisão perpétua pelos homicídios "é incontestável". Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o juiz italiano Guido Salvini afirmou que em todos os processos foi dado a Battisti o direito de convocar testemunhas de defesa. Ninguém, porém, teria testemunhado a seu favor.

Na última segunda-feira, o governo da Itália protocolou no STF mandado de segurança contra a decisão do governo brasileiro de conceder *status* de refugiado político ao ex-militante. A liminar foi negada pelo ministro Cezar Peluso.

Senado exhibe documentário sobre a irmã Dorothy Stang

Parlamentares, membros do Judiciário e do Ministério Público, entre outros, terão a oportunidade de ver na próxima terça-feira, às 19h, o documentário, pré-indicado ao Oscar de 2009, *Mataram Irmã Dorothy (They Killed Sister Dorothy)*, do diretor norte-americano Daniel Junge. A exibição será realizada no auditório do Interlegis.

O filme conta a história do assassinato da religiosa católica norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, ocorrido há quatro anos – em 12 de fevereiro de 2005 – em Anapu (PA). Premiado em festivais de cinema em Chicago (EUA), Denver (EUA) e Brasília, entre outros, *Mataram Irmã Dorothy* estreia hoje no circuito comercial. A canção *Forever*, composta por Bebel Gilberto especialmente para o filme, também foi pré-indicada

para o Oscar 2009.

Segundo José Nery (PSOL-PA), que propôs a exibição do filme no Senado, o documentário revela os bastidores do julgamento dos assassinos de Dorothy e investiga as razões de sua morte, assim como mostra a luta inglória, de acordo com ele, de pequenos produtores contra grileiros no coração da Amazônia.

Trajectoria

Os assassinos dispararam seis vezes contra a mulher de 78 anos, lembrou o senador. "O crime pôs fim a uma trajetória de luta em defesa da preservação da floresta. A missionária brigava pela implantação dos projetos de Desenvolvimento Sustentável que permitiriam a sobrevivência dos pequenos agricultores e a preservação da floresta", explica Nery.



Dorothy Stang lutou contra grileiros e foi assassinada há quatro anos

– Como tem ocorrido com frequência, os executores do crime, os pistoleiros Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista, chegaram a ser condenados, mas os mandantes continuam impunes. Após ser condenado a 30 anos de prisão, Vitalmiro Bastos de Moura foi absolvido num segundo julgamento, e Regivaldo Pereira Galvão nem sequer foi julgado, beneficiando-se das muitas brechas possibilitadas pela legislação processual penal – afirma José Nery.

Reforma política é tema de debate hoje na Rádio Senado

O programa *Visão Política*, da Rádio Senado, discute as mudanças nas regras eleitorais e de funcionamento dos partidos, que podem entrar em vigor já nas eleições de 2010. Tanto o presidente do Senado, José Sarney, quanto o presidente da Câmara, Michel Temer, adotaram como prioridade a discussão da reforma política.

O governo federal, por sua vez, apresentou ao Congresso seis projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que tratam do assunto. Para conversar sobre o tema, o *Visão Política* entrevista o doutor em Ciência Política e consultor legislativo da Câmara, Marcelo Lacombe. O programa vai ao ar, hoje, às 7h30.

Para homenagear o centenário de nascimento de Carmem Miranda – celebrado no último dia 9 de fevereiro –, a Rádio Senado apresenta, também hoje, a reportagem especial "Liberdade para Cantar – A vida de Carmem Miranda". Ícone da cultura brasileira, Carmen Miranda fez sucesso no Brasil e nos Estados Unidos entre as décadas de 1930 e 1950, tendo trabalhado no rádio, no teatro de revista, no cinema e na televisão. O especial conta a trajetória da atriz desde o nascimento em uma vila portuguesa até o auge da carreira, com uma extensa agenda de compromissos. O programa vai ao ar às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

Também parte da apresentação cultural do fim de semana, o programa *Brasil Regional* traz

o compositor, percussionista e pesquisador Jorge Marciano. O músico mistura referências rítmicas antigas com elementos da modernidade, como a música indiana e o jazz. O programa vai ao ar no domingo, às 8h, com reprise na segunda-feira, às 23h.

"Focas"

Para os iniciantes na carreira jornalística – os chamados "focas" – que querem conhecer as particularidades da profissão, o programa *Estação da Mídia* entrevista a professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB) Thais de Mendonça Jorge. Autora do livro *Manual do foca: Guia de sobrevivência para jornalistas*, Thais tem atuação destacada na pesquisa sobre as mudanças profissionais decorrentes de novas ferramentas tecnológicas. O *Estação da Mídia* vai ao ar, às 7h30, na terça-feira.

Os ouvintes de Brasília podem sintonizar a Rádio Senado na estação 91,7 FM, e os de Natal, na 106,9 FM. Pela internet é possível acompanhar a programação ao vivo no endereço eletrônico www.senado.gov.br/radio. No mesmo site, há ainda o serviço Rádio Agência para que rádios cadastradas possam fazer o *download* do conteúdo escolhido e reproduzi-lo.

A Rádio Senado também transmite em ondas curtas, com programação diferenciada, pela frequência 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, para as regiões Norte e Nordeste e para alguns estados da região Centro-Oeste.

Congresso fará homenagem às mulheres em 5 de março

O Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, será comemorado pelo Congresso em sessão solene no dia 5 de março. Na ocasião, será entregue o Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2008 a cinco mulheres.

Serão agraciadas a embaixadora da Boa Vontade pela Unesco, Lily Marinho; a juíza maranhense Sônia Maria Ama-

ral Fernandes Ribeiro; a jornalista, atriz e poeta Elisa Lucinda; a secretária-geral do Conselho Federal da OAB, Cléa Anna Maria Carpi; e a coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Viana Castanha. Também será homenageada, *in memoriam*, a ex-primeira-dama e antropóloga, Ruth Cardoso.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

Às 9h, a sessão é não-deliberativa e destinada ao pronunciamento de senadores. Entre os inscritos estão Marco Maciel (DEM-PE), Paulo Paim (PT-RS) e Mão Santa (PMDB-PI).



Augusto Botelho elogia trabalho de evangelização de indígenas

Augusto Botelho celebra 50 anos de missão evangélica

O senador Augusto Botelho (PT-RR) fez ontem uma homenagem aos 50 anos da Missão Evangélica da Amazônia (Meva), data comemorada hoje, 13 de fevereiro.

A Meva, atualmente presidida pelo missionário Milton de Camargo Sobrinho, é uma entidade missionária especializada em trabalho indígena que desde 1949 está em Roraima, fundada pelos missionários Mary e Neil Hawkins, para exercer um trabalho evangelístico entre os índios macuxis.

– O objetivo da Meva é ajudar as igrejas evangélicas a evangelizar os indígenas, sem, contudo, substituí-las, colocando-se como um elo entre elas e o campo missionário – disse Augusto.

A missão disponibiliza infraestrutura e ações – como planejamento estratégico e apoio logístico – para que o acesso dos missionários aos locais onde residem os indígenas ocorra de forma rápida e segura, explicou o senador. A Meva conta hoje com 62 missionários, entre brasileiros e estrangeiros – todos regularizados, como frisou.

Senador recebe indígenas de Roraima

Representantes de cinco organizações indígenas que vivem na reserva Raposa Serra do Sol e são contrários à demarcação contínua foram recebidos ontem pelo senador Augusto Botelho. O grupo pretende que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ouçam “outro ponto de vista” e se convençam a adotar o modelo em “ilhas”, com convivência pacífica entre agricultores e indígenas que vivem na região.

– A política indígena deve ser feita de acordo com a vontade dos índios, não de acordo com a vontade de antropólogos e dos chefes em Brasília que vivem no ar-condicionado – afirmou o senador.

Trinta tuxauas, líderes das tribos que se organizam em cinco associações e representam cerca de 20 mil índios, foram ouvidos pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello e recebidos no gabinete da Casa Civil. Eles também devem se encontrar com o presidente da Fundação Nacional do Índio, Márcio Meira. Os indígenas se dizem abandonados e isolados, desde que a terra foi demarcada.

Líder do PMDB elogia medida provisória que estendeu para 20 anos o prazo de quitação de dívidas com a Previdência Social, mas pede proteção para contas dos municípios

Renan defende limite para pagamento de prefeituras

O SENADOR RENAN Calheiros (AL), líder do PMDB, aplaudiu a medida provisória que autorizou o INSS a alongar para até 20 anos o pagamento de dívidas previdenciárias das prefeituras. Ele alertou, no entanto, que o Congresso deve emendar a MP para incluir um artigo que fixe um percentual máximo sobre as receitas que o município poderá direcionar ao INSS. Lembrou que isso já existe no pagamento das dívidas dos estados à União.

Renan Calheiros informou ter tratado recentemente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva das reivindicações das prefeituras. O presidente pediu que ele conversasse com os ministros da Fazenda e da Previdência Social. Agora, depois da edição da medida provisória, o senador de Alagoas pretende voltar a



Segundo Renan Calheiros, muitos municípios têm a receber do INSS

conversar com os ministros para propor um encontro de contas entre as prefeituras e o INSS.

Ele explicou que há um bom número de municípios que têm a receber da Previdência – são

ressarcimentos às prefeituras que criaram regimes próprios de previdência para seus servidores, passando a garantir suas aposentadorias.

Tanto o percentual máximo de pagamentos ao INSS quanto o encontro de contas, na opinião de Renan Calheiros, são urgentes, pois as prefeituras já começam a enfrentar o resultado da crise financeira internacional. Disse que as transferências federais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) já caíram 1% em janeiro, comparando-se com o mesmo mês do ano passado.

Em aparte, Jayme Campos (DEM-MT) informou que a queda de repasse do FPM para alguns municípios chegou a 16%, quase inviabilizando o funcionamento de muitos deles.

Municípios poderão formar consórcios para obter crédito

A proposta que autoriza operações de crédito para consórcios municipais está pronta para exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto de resolução (PRS 32/07) de Pedro Simon (PMDB-RS), consórcios municipais organizados como pessoa jurídica de direito público podem também conquistar o direito de contratar operações de crédito externo e interno que envolvam aval ou garantia da União (atualmente autorizadas apenas a estados, Distrito Federal e municípios), depois de aprovação do Senado.

A matéria resultou de sugestão da Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento, sociedade de economia mista do Rio Grande do Sul.

Segundo a instituição, 25 municípios rio-grandenses estavam interessados em obter recursos de organismos multilaterais ou bilaterais, mas eram impedidos de formular os pleitos porque possuíam populações com menos de 90 mil habitantes.

A organização de consórcios municipais resolve o impasse quanto ao número de habitantes. E, no que depende do Senado, a Resolução 43/01 (que dispõe sobre as operações de crédito externo e interno) também deve prever a possibilidade de concessão de empréstimos – regulamentados pela Lei 11.107/05 – a essas sociedades entre municípios.

Pelo projeto, nas solicitações de contratação de operação de crédito, todos os municípios inte-



Simon é autor da proposta que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos

grados ao consórcio que formula o pleito ficarão submetidos, individualmente, aos critérios vigentes e demais condições definidas na Resolução 43/01.

A relatora, Patrícia Saboya (PDT-CE), apresentou substitutivo no fim do ano passado. Caso a senadora permaneça como membro da CAE, o relatório tende a ser mantido.

Mozarildo: vamos cobiçar e ocupar a Amazônia

Transporte aéreo regional, regularização de terras e política indigenista são alguns dos grandes temas importantes para a Amazônia que Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) espera ver equacionados.

Mencionando o 4º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, que termina hoje, em Boa Vista, o senador falou sobre suas propostas para a região. O cerne filosófico dessas proposições, disse, é o desenvolvimento da Amazônia por meio da ocupação humana e da atividade econômica, inclusive pelos indígenas, se tratados como os demais cidadãos.

– Temos de cobiçar e ocupar a Amazônia. Se os estrangeiros a estão cobiçando, é porque não fazemos o mesmo.



Mozarildo diz que o Incra “não quer” resolver a questão fundiária no Brasil

O senador afirmou que os índios vivem na pobreza e sem boas condições de saúde porque são isolados do restante da população. A culpa por essa situação, de acordo com ele, é “dos gigolôs de índios, que atuam para conceder-lhes imensas reservas indígenas”.

Sobre o transporte aéreo regional, Mozarildo disse que a aviação nacional é dominada por apenas duas ou três empresas, prejudicando a oferta de vôos em regiões menos

populosas. “Se alguém vem de Porto Alegre e quer ir para Londrina, às vezes tem que ir a São Paulo para voltar para Londrina”, exemplificou.

Ele lembrou que há um projeto de sua autoria, já aprovado no Senado e agora tramitando na Câmara, que propõe reforçar o transporte aéreo regional mediante um adicional tarifário.

Mozarildo anunciou ainda que irá estudar a Medida Provisória 458/09. A MP tornaria mais fácil a regularização de terras de até 1,5 mil hectares, inclusive com a retirada da competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para atuação no processo.

– Finalmente, no seu penúltimo ano de governo, o presidente Lula resolveu acordar e ver que o Incra não resolve a questão da regularização fundiária, não quer resolver.



Senador quer respeito à lei sobre vaga em escola a partir dos 4 anos

Cidadão precisa fazer leis pegarem, diz Cristovam

O Brasil precisa cumprir a lei que assegura vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos quatro anos de idade (Lei 11.700/08), defendeu Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Essa lei não pegou. O povo não se preocupou em colocar seus filhos aos quatro anos na escola, aproveitando-se da lei, mas os governos aproveitaram-se desse descuido, dessa falta de atenção e de interesse da população, e não estão oferecendo as vagas a que nossas crianças têm direito a partir dos quatro anos – disse o senador, acrescentando que a TV Câmara e a TV Senado deveriam divulgar para a população o teor dessa e de outras leis.

Cristovam citou outras três leis que, segundo ele, precisam ser respeitadas.

A primeira é a chamada Lei Seca (Lei 11.705/08), “uma lei que pegou em um primeiro momento”, mas não recebe atualmente a devida atenção do poder público para que seja cumprida, afirmou.

Piso para professor

O senador lembrou outra lei que, na opinião dele, “não está pegando”: a Lei 11.738/08, que estabeleceu o piso salarial nacional para os profissionais da educação pública no valor de R\$ 950.

– Quero fazer um apelo, em primeiro lugar, aos professores. Não deixem que os seus contracheques cheguem sem cumprir a Lei do Piso, que é clara: nos três anos depois de sancionada, o salário mínimo será de 950 reais. O aumento será em três partes – declarou.

Outra lei ainda descumprida, de acordo com Cristovam, é a Lei 4.075/07, do Distrito Federal, que vincula o aumento dos salários dos professores ao aumento nos repasses federais para o governo do DF.

– Ou seja, se o governo federal aumentasse em 10% o Fundo Constitucional que o Distrito Federal recebe, o governo do DF aumentaria em 10% o salário dos professores. Pois bem, do ano passado para este ano, para surpresa e alegria dos moradores do Distrito Federal, o governo federal aumentou esse fundo em 19,98%. Portanto, pela Lei 4.075, de 2007, o governo do DF tem de aumentar o salário dos professores em exatos 19,98% – reclamou.

Heráclito Fortes, 1º secretário, anuncia decisão da Mesa para que as votações da Casa deixem de ser obstruídas por falta de definição dos titulares de colegiados

Mais idosos presidem, por ora, comissões permanentes

A PARTIR DE hoje, as 11 comissões permanentes do Senado passarão a ser presididas pelos seus integrantes mais idosos, até que sejam definidos os nomes dos presidentes para o biênio 2009/2010. A decisão, anunciada pelo 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), e baseada no parágrafo 1º do art. 88 do Regimento Interno, foi tomada na primeira reunião da recém-empossada Mesa do Senado como saída para que as votações da Casa deixem de ser obstruídas por falta de definição dos titulares das comissões.

– A escolha dos presidentes das comissões está nas mãos dos líderes. Prazo para decidir não tem, mas pode chegar um momento em que o próprio presidente [do Senado] marque uma reunião para definir os nomes – afirmou Heráclito.

O senador informou ainda que, nessa primeira reunião, o presidente José Sarney mos-

trou seus planos para o biênio 2009/2010. Entre os principais, destaca-se o cumprimento dos prazos previstos no Regimento Interno da Casa quanto aos horários das sessões e ao uso da palavra.

Sessões

Pelo regimento, as sessões da Casa terão início, de segunda a quinta-feira, às 14h, e, às sextas-feiras, às 9h. Terão duração máxima de quatro horas e 30 minutos, salvo prorrogação autorizada. A primeira parte da sessão, que terá duração de duas horas, será destinada à leitura do expediente e aos oradores inscritos, que poderão falar por até dez minutos nas sessões deliberativas e 20 minutos nas não-deliberativas. A ordem do dia terá início sempre às 16h, salvo prorrogação autorizada da primeira parte da sessão.

– Ficou acertado também que haverá uma escala de senadores

para que seja feito um revezamento na abertura da ordem do dia – explicou Heráclito.

Decidiu-se também, nessa primeira reunião, proceder a um estudo com o objetivo de redistribuir as tarefas dos integrantes da Mesa, pois, segundo o 1º secretário, “algumas secretarias não tinham nenhuma missão”.

– Essa redistribuição é necessária até porque algumas secretarias têm uma demanda muito grande de serviço e acabam sufocadas, como a 1ª Secretaria – enfatizou Heráclito.

Com relação ao corte linear anunciado pelo presidente Sarney de 10% em todos os gastos do Senado, os membros da Mesa decidiram, segundo a 4ª secretária da Mesa, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), reduzir gastos nas próprias secretarias.

– Vamos tentar encontrar, dentro de cada secretaria, o que pode ser feito para reduzir os gastos – informou Patrícia.

Veja quais são os senadores mais idosos em cada comissão permanente

Assuntos Econômicos (CAE): Eliseu Resende (DEM-MG)
Assuntos Sociais (CAS): Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): Epitácio Cafeteira (PTB-MA)
Educação, Cultura e Esporte (CE): Paulo Duque (PMDB-RJ)
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA): Eliseu Resende (DEM-MG)
Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH): Romeu Tuma (PTB-SP)
Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE): Paulo Duque (PMDB-RJ)
Serviços de Infra-Estrutura (CI): Eliseu Resende (DEM-MG)
Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR): José Maranhão (PMDB-PB)
Agricultura e Reforma Agrária (CRA): Pedro Simon (PMDB-RS)
Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT): Romeu Tuma (PTB-SP)



José Sarney concede entrevista na Presidência do Senado: além de anunciar suspensão de gastos, ele defendeu mais uma vez a diminuição no rol de matérias que podem ser objeto de medidas provisórias

Sarney suspende obras e compras

Em sua primeira entrevista coletiva como presidente do Senado, ele afirma que novos gastos estão suspensos até que sejam avaliadas as prioridades da Casa

Em sua primeira entrevista coletiva como novo presidente do Senado, na tarde de ontem, José Sarney informou ter determinado a suspensão de qualquer compra ou obra em curso na Casa, até que se faça uma avaliação das prioridades e da maneira como a instituição deve proceder nessas aquisições.

Sarney também reiterou durante a entrevista, realizada no gabinete da Presidência, que continuam sendo analisadas medidas que poderão proporcionar uma economia anual de 10% dos gastos com a máquina administrativa da Casa, conforme anúncio feito por ele na semana passada, quando assumiu pela terceira vez a Presidência do Senado.

– Esses cortes já estão todos eles levantados, de modo que rigorosamente vamos fazer chegar ao fim do ano a nossa meta, um compromisso do qual não me afastarei – afirmou.

1 Verbas indenizatórias

Ao ser indagado sobre a possibilidade de divulgação das notas fiscais dos gastos dos senadores cobertos pela verba indenizatória, a exemplo de medida a ser adotada pela Câmara, Sarney respondeu:

– Vamos examinar esse assunto,

vamos colocar dentro dos objetivos. Acho que sim, podemos chegar a essa decisão. Atualmente, já é feita a divulgação do valor da verba indenizatória a que faz jus cada senador, sem reprodução das notas fiscais.

2 Medidas provisórias

O presidente do Senado defendeu ainda, durante a entrevista, a redução do rol de matérias que podem ser tratadas por medidas provisórias. Por outro lado, o senador considera que o instituto, previsto pela Constituição de 1988, deve ser mantido em razão das transformações mundiais de ordem econômica nos últimos tempos, o que poderá exigir do Executivo a adoção futura de iniciativas urgentes nesse setor.

Na forma atual, explicou Sarney em sua primeira entrevista coletiva à imprensa depois de assumir a Presidência da Casa, a edição de medidas provisórias impede o aprofundamento da democracia e o funcionamento normal do Congresso, que tem tido a sua atividade legislativa totalmente prejudicada ou algumas vezes quase paralisada com o uso excessivo desse instrumento.

– Então nós reduziríamos [as medidas provisórias] às matérias econômico-financeira, de calamidade pública e de ordem interna. E não teríamos esse leque grande que faz com que, a respeito de tudo, hoje se pode emitir MP – disse.

Sarney adiantou que pretende apresentar a proposta de limitação do emprego de MPs ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, além de sugerir a criação de uma comissão das duas Casas para analisar todas as propostas que tramitam no Congresso Nacional sobre o tema.

3 Reforma política

Na entrevista, Sarney também voltou a defender uma ampla reforma política que, segundo ele, irá favorecer o desenvolvimento do país e combater a baixa qualidade da política.

– O Brasil se desenvolveu muito nas áreas econômica, de recursos humanos e social, mas continuamos com instituições no regime político que remontam ao século 19 – ressaltou.

4 Mercosul

Sarney também adiantou que não vai interferir na análise do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, já aprovado pela Câmara.

– Essa matéria vai obedecer à tramitação normal, sem nenhuma interferência de minha parte e de minhas idéias – afirmou.

5 Produtividade

Sarney disse ainda que a votação de matérias somente às terças, quartas e quintas-feiras, conforme prevê o Regimento Interno, não compromete a produtividade do Senado.

– Tirando o problema das MPs, nesses três dias podemos fazer votações necessárias. Acho que devemos tirar um pouco da mentalidade de que o Congresso foi feito para votar leis, uma enxurrada de leis, muitas sem necessidade e sem motivo. Podemos melhorar até mesmo a redação das nossas leis, que é muito deficiente. Temos leis absolutamente anárquicas em matéria de sua redação – avaliou.

6 Grampo

Em resposta a questionamento de um repórter a respeito de grampo telefônico sobre conversa mantida entre ele e seu filho Fernando, em que Sarney o aconselhava a defender-se de acusações que teriam sido feitas por um adversário político no Maranhão,

Sarney respondeu:

– Esse é um assunto menor, uma conversa de ordem pessoal entre pai e filho. Se estivéssemos em um regime de absoluta democracia, isto não existiria. Não estou certo de que o diálogo reproduzido e entregue aos jornais seja verdadeiro. Preciso ver, ouvir as fitas, não lembro de ter tratado do nome da Abin [Agência Brasileira de Inteligência], nem tinha sentido tratar do nome da Abin em conversa entre pai e filho, que não tem constrangimento, [que é] informal.

7 Matérias em tramitação

Ao final da entrevista, Sarney preferiu não adiantar a sua opinião sobre dois projetos em tramitação no Senado: o que propõe a redução da maioria penal de 18 para 16 anos e o que tipifica o crime de sequestro-relâmpago, prática hoje enquadrada como privação de liberdade, tendo em vista a inexistência de sua configuração no Código Penal.

– Como presidente da Casa, não quero adiantar minha posição pessoal sobre assuntos em tramitação. Quanto mais rigor tivermos em matéria de punição criminal, melhor ajudaremos o combate à insegurança no país – concluiu José Sarney.

Presidente da Casa destaca criação de colegiado anticrise

Ao fazer um balanço das iniciativas adotadas pelo Senado na primeira semana de sua gestão, Sarney destacou a criação da comissão para o acompanhamento da crise financeira global, integrada pelos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Pedro Simon (PMDB-RS), Marco Maciel (DEM-PE), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Aloizio Mercadante (PT-SP). A comissão deverá apresentar sugestões para minorar os efeitos da crise no país.

Na avaliação do presidente do Senado, a crise planetária “é profunda, é muito grande” e não se pode adiantar os seus desdobramentos.

– Estamos em uma sociedade não em transformação, mas em uma sociedade transformada, em que o modo de vida de todos foi afetado pelo contágio universal. Estamos em uma fase em que o mundo atravessa um período de desglobalização e, ao mesmo tempo, os nacionalismos voltam a surgir. A meu ver, estamos atravessando um momento da História no qual, como aconteceu com o comunismo, que desapareceu e passou como uma das ideias já no domínio da História, acontece com o capitalismo, que também atravessa sua crise. Ele foi vítima de suas contradições, da mesma maneira que o comunismo – considerou.

Regimento

Sarney disse ainda que sua gestão será pautada estritamente pelas regras predefinidas pelo Regimento Interno do Senado – “única maneira de evitar arbítrio e incompreensões”. O senador, entretanto, acrescentou que o regimento precisa ser modificado para se adequar aos dias atuais e dar mais agilidade aos trabalhos legislativos.

– O regimento se encontra muito defasado. É um regimento que vivia para o Congresso do discurso, e não para uma sociedade que se transformou com a informática. De maneira que tem que ser totalmente modificado. É muito presidencialista, concentra nas mãos do presidente muitas atividades. Vamos estabelecer regras de dividir as atribuições dentro da Casa com os diversos membros da Mesa – afirmou.

Votações

Sarney explicou ainda que a entrada dos projetos na pauta de votações irá ocorrer pela ordem de chegada dessas matérias das comissões, conforme já determinou à Mesa. Essa medida, segundo ele, retira do presidente o “arbítrio” de escolher a proposta que será apreciada pelos parlamentares.

– Só daremos preferência àqueles pedidos que chegarem das lideranças com urgência, decididos dentro do Plenário. Isso dará uma transparência muito grande aos trabalhos – disse.

O presidente do Senado também informou aos jornalistas que irá se esforçar como forma de evitar a “judicialização” da política. Ele afirmou que a existência de “divergências maiores” entre o Legislativo e o Judiciário não faz parte da tradição política brasileira, ao contrário de outros países.

– Procurarei o [Michel] Temer [presidente da Câmara dos Deputados] para que juntos tenhamos ação junto ao presidente do STF [Supremo Tribunal Federal] – adiantou.



José Sarney (C) presidiu ontem a primeira reunião com a nova Mesa, que decidiu deixar, por ora, a direção das comissões permanentes com os integrantes mais idosos

Mesa aprova pedido de informações sobre filantrópicas

A Mesa do Senado aprovou ontem requerimentos do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que pedem informações aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, com relação à atuação de entidades filantrópicas.

Mantega deverá prestar in-

formações, de acordo com o requerimento (RQS 1.400/08), sobre entidades filantrópicas com receita superior a R\$ 2,4 milhões e que foram objeto de fiscalização tributária pela Secretaria da Receita Federal, desde 2003.

Já a Patrus Ananias (RQS 1.401/08) serão solicitadas informações sobre as deliberações do

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no que diz respeito às entidades filantrópicas, também desde 2003. Ambos os requerimentos foram relatados pelo 1º suplente da Mesa, senador César Borges (PR-BA).

A Mesa ainda aprovou o Requerimento 1.393/08, também de Raimundo Colombo, solici-

tando informações ao ministro da Fazenda sobre os pagamentos efetuados pelos estados, Distrito Federal e municípios, desde 2003, referentes à dívida contratual que eles têm com a União. A matéria foi relatada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), também suplente de secretário.

Recursos para Fundo Soberano voltam a exame

O Congresso voltará a examinar a alocação de recursos destinados ao Fundo Soberano do Brasil (FSB), por meio da Medida Provisória (MP) 452/08, que autoriza a União a emitir, pelo valor de mercado, títulos da dívida pública

mobiliária federal, sob a forma de colocação direta, em favor do FSB. Com a MP, devem ser emitidos até o final do ano títulos no valor total de R\$ 14,2 bilhões em favor do FSB, segundo informam, na justificativa de motivos, os

ministros da Fazenda, Guido Mantega; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; e dos Transportes, Alfredo Nascimento.

A União poderá também resgatar esses títulos antecipadamente pelo valor

de mercado. A medida provisória dá nova redação à Lei 11.887/08, que criou o FSB, e também à Lei 11.314/06, que autorizou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a executar obras nas rodovias que foram

transferidas aos estados.

O governo editou essa MP para tornar o problema criado pela oposição no Congresso, que impediu a aprovação de crédito orçamentário adicional, no valor de R\$ 14,2 bilhões, para alocar

recursos no FSN ainda em 2008.

Devido ao bom desempenho da economia e ao esforço fiscal, houve, segundo o governo, ao longo de 2008, superávit primário superior em 0,5 ponto percentual do PIB à meta fiscal

estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o período. Os recursos destinados ao FSB serão depositados no Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FIE), a ser gerido pelo Banco do Brasil.

Medidas como diminuição do Imposto sobre Produtos Industrializados não são suficientes, diz senador, que também cobra reuniões quinzenais ou semanais do Copom

Agripino quer redução dos juros para combater a crise

“SE O GOVERNO insistir na demagogia de tiro de chumbinho, vai ter que arcar com a responsabilidade de não ter sabido conduzir a crise.” A opinião é do líder do Democratas, senador José Agripino (RN), que defende “um tiro de calibre 12 na crise”, com a redução da taxa de juros, em vez de “disparos de chumbinho”, referindo-se à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda.

Em sua avaliação, as justificativas para manter os juros elevados não são mais válidas. Como a recessão já chegou ao país, disse, não há motivos para ampliar a taxa Selic sob o argumento de combater a inflação provocada pela demanda. Por outro lado,



Recessão e reservas permitem uma taxa Selic mais baixa, afirma Agripino

ressaltou, o país hoje dispõe de cerca de US\$ 200 bilhões de reservas, o que anularia a necessidade de oferecer juros generosos para atrair recursos.

– Por que o Copom [Comitê de Política Monetária do Banco

Central] reúne-se apenas de 45 em 45 dias? A crise exige reuniões quinzenais ou semanais. Em vez de reduzir a taxa Selic meio ponto ou um ponto percentual a cada 45 dias, o governo tem que baixá-la logo – aconselhou.

José Agripino observou que, ao anunciar o aumento do número de beneficiários do Bolsa Família e ampliar as parcelas do seguro-desemprego – medidas com as quais concorda por considerar que oferecem proteção aos mais pobres –, e diante da recessão que está posta, a arrecadação fatalmente diminuirá.

O crescimento das despesas sociais e a diminuição dos recursos no cofre do Tesouro provocarão a queda do volume de investimentos, alertou.

Paim critica reajuste de 5,92% a benefícios da Previdência Social

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou ontem o reajuste de 5,92% concedido aos benefícios da Previdência Social acima de um salário mínimo.

– Foi a metade do que eles têm direito – protestou.

Segundo Paim, os idosos são os mais discriminados entre todos os setores da sociedade. E acrescentou que o governo esquece que muitos aposentados “garantem pão e leite” à sua família, especialmente em momentos de crise financeira.

O senador defendeu a desti-

nação dos recursos arrecadados para a Seguridade Social somente a essa pasta, sem que se aplique a Desvinculação de Receitas da União (DRU) – mecanismo pelo qual o governo fica autorizado a gastar como quiser 20% das receitas da União, independentemente das vinculações previstas na Constituição. E voltou a afirmar que a Previdência é superavitária, ao contrário do que economistas brasileiros pregam.

– De 2000 a 2008, o superávit da Seguridade chega a R\$ 400 bilhões.



Entre 2000 e 2008, superávit da Seguridade foi de R\$ 400 bi, diz Paim

Paim manifestou estranheza com o fato de o presidente da Câmara, Michel Temer, ter desmarcada audiência para discutir projetos em favor dos aposentados.

Mão Santa cobra aumento para aposentados

Mão Santa (PMDB-PI) alertou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a necessidade de tratar melhor os aposentados e pensionistas. O senador cobrou de Lula empenho para que virem lei projetos de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) – já aprovados no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados – que beneficiam os aposentados.

O parlamentar aconselhou o presidente a “não confiar demais” nos altos índices de aprovação popular obtidos nas últimas pesquisas. Segundo ele, Lula colheria maiores di-



“A opinião pública muda”, observa Mão Santa sobre a popularidade de Lula

videndos eleitorais se dispensasse tratamento especial para os aposentados, pois, em sua opinião, essa faixa da popula-

ção, mesmo tendo pouco poder de reivindicação e de pressão, exerce grande influência na formação da opinião pública.

– Luiz Inácio, você vai se lascar. A história está cheia disso. A opinião pública muda – lembrou.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou apoio ao pronunciamento de Mão Santa. O senador por Roraima também criticou o governo por conceder com facilidade isenções e anistia fiscais, mas não se esforçar para aprovar no Congresso Nacional os projetos que concedem aumentos para aposentados.



Sarney recebe empresários Eliezer Batista (E) e Eike Batista (segundo à direita)

Sarney, Eike e Eliezer Batista conversam sobre investimentos

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem os empresários Eike Batista e seu pai, Eliezer Batista, do grupo OGX – Petróleo e Gás Participações, com quem conversou sobre os investimentos dessa empresa no Brasil. Na ocasião, Eike falou das dificuldades enfrentadas pelo empresariado com a burocracia nacional. Sarney disse que, há três dias, tratou do assunto com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

– Explicamos ao presidente Sarney que nós, que empreendemos muito no Brasil, sofremos atrasos em projetos estruturantes. O Brasil precisa avançar mais nessas áreas todas. O presidente comentou que essas coisas deviam andar a certa velocidade, mas emperram – relatou.

Como exemplo, Eike contou

que, há poucos dias, no projeto para um trecho da estrada Minas–Rio de Janeiro, de 27 quilômetros, foram-lhe requisitadas 27 licenças ambientais, uma licença por quilômetro.

– Então, quando projetos de grande porte, que estão bem engenheirados com a parte ambiental, enfrentam esse tipo de problema, projetos de bilhões de dólares, você não pode parar. E com a exigência de 27 licenças, perdem-se seis meses. Então, o resultado econômico final vai para o vinagre – afirmou.

Eike também disse que outra empresa do seu grupo, a OMX, investirá R\$ 2 bilhões em dois anos e meio na exploração de petróleo no Brasil, quantia que ultrapassa os investimentos de todas as empresas do gênero, fora a Petrobras.

Alcione convida presidente da Casa para visitar programa social

José Sarney recebeu ontem visita da cantora Alcione, que veio convidá-lo para conhecer, no dia 20 de agosto, o Programa Social da Mangueira, no Rio de Janeiro. A sede do programa fica num terreno doado há 20 anos por Sarney, quando ele era presidente da República. De acordo com a cantora, tanto Sarney quanto a filha, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), presente à audiência, aceitaram

o convite.

Outro participante do encontro foi o secretário de Esportes do estado do Rio de Janeiro, deputado estadual Chiquinho da Mangueira (PMDB). O deputado explicou ao presidente do Senado que o Programa Social da Mangueira é considerado um dos mais completos do mundo e abrange atividades esportivas, culturais, educativas e de saúde.



Roseana (E), Chiquinho da Mangueira, Alcione e Sarney na Presidência do Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Geraldo Mesquita Júnior • Mão Santa • Paulo Paim

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de

Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Marco Maciel apresentou em 2007 projeto para homenagear abolicionista

Maciel propõe Ano Nacional Joaquim Nabuco

Ao lembrar que em 2010 transcorrerá o centenário da morte de Joaquim Nabuco, o senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 561/07) que institui 2010 como o Ano Nacional Joaquim Nabuco. Já acatada pelo Senado, a matéria foi enviada à Câmara em julho de 2008.

Na avaliação do senador, converter 2010 em Ano Joaquim Nabuco é oferecer oportunidade para que a população conheça melhor a sua obra e reavivar as bandeiras abolicionistas que foram objeto da luta do filho do ex-ministro da Justiça e ex-conselheiro do Império Nabuco de Araújo.

Joaquim Nabuco não defendia apenas a abolição dos escravos, mas combatia os efeitos negativos da escravidão, lembrou Marco Maciel.



João Durval diz que deputado tem a "sensibilidade que leva ao sucesso"

Durval manifesta confiança em ação de ACM Neto

João Durval Carneiro (PDT-BA) manifestou ontem satisfação com a eleição de Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) para o cargo de 2º vice-presidente e corregedor da Câmara dos Deputados. O senador afirmou que tem absoluta confiança na atuação do jovem deputado à frente da "espinhosa missão".

Durval lembrou que, no ano passado, ACM Neto foi adversário do seu filho, João Henrique, no primeiro turno da disputa pela prefeitura de Salvador. O senador disse que, no segundo turno, o deputado "teve a grandeza e a perspicácia política" de aliar o seu partido às ideias do candidato vitorioso.

– ACM Neto já demonstrou, ao longo de uma carreira que apenas se inicia, a firmeza e a sensibilidade política que levam ao sucesso.

Mesquita Júnior diz que entidade pode liderar no país movimento em defesa da saúde pública. Tuma pede à instituição que ajude a encontrar agressores de brasileira na Suíça

Atuação da Cruz Vermelha é destacada pelos senadores

AS MISSÕES HUMANITÁRIAS empreendidas pela Cruz Vermelha no país e no exterior foram destacadas ontem em Plenário por diversos senadores. Estiveram presentes à sessão o presidente nacional da entidade, Luiz Fernando Hernandez, e o vice-presidente, contra-almirante Eimar Eli de Araújo, além de outras autoridades.

Autor do requerimento da homenagem, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) chamou a atenção para a possibilidade de a entidade, que atua há um século no Brasil, vir a liderar um grande movimento em favor da melhoria do sistema de saúde pública do país. O parlamentar lembrou os exemplos de solidariedade que a instituição deu à Humanidade nos episódios mais dramáticos e conturbados da história.

– Eu me pergunto se não seria este o momento de convocarmos, dotando-a de meios e recursos para que possa entrar na batalha pela complexa saúde, [recrutando] os que já lutaram em outras guerras, como a que foi vencida por Oswaldo Cruz, o primeiro presidente da entidade – disse Mesquita Júnior.

Agressão na Suíça

Por sua vez, Romeu Tuma (PTB-SP) destacou a importante participação da Cruz Vermelha na libertação de seis reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) há alguns dias, nas selvas colombianas, por 18 militares em dois helicópteros do Exército brasileiro. Tuma pediu ainda o apoio da Cruz Vermelha da Suíça para ajudar a encontrar os três homens daquele país que espancaram e feriram a navalhadas a advogada brasileira Paula Oliveira, em Zurique.

Elogiando a organização pelo trabalho voltado tanto para o resgate de feridos em campos de batalha quanto para a ajuda de vítimas de calamidades

Lúcia Vânia destaca importância de mamografia para prevenção

Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou o fato de, em 5 de fevereiro deste ano, ter sido comemorado, pela primeira vez, o Dia Nacional da Mamografia. A data foi instituída pela Lei 11.695/08, proveniente de projeto de sua autoria apresentado em 2004.

A senadora ressaltou que o câncer da mama é a doença que mais mata mulheres no Brasil – provocou mais de 10 mil mortes no ano passado – e lembrou que a mamografia é o exame mais eficaz para prevenção.

– Ao propor a instituição do Dia Nacional da Mamografia, estava eu motivada pela firme convicção da importância de se ampliarem a conscientização e a mobilização no sentido de



Na Mesa, Crivella, Mão Santa, Serys, Hernandez e Mesquita Júnior ouvem Tuma

naturais, Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria (PLS 110/04) que concede à Cruz Vermelha 0,15% da arrecadação líquida das loterias federais.

Eduardo Suplicy (PT-SP), que apresentou voto favorável ao projeto de Crivella na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), se posicionou favoravelmente à ampliação dos repasses de verbas públicas para a entidade. Suplicy também solicitou a colaboração da Cruz Vermelha Suíça junto às autoridades policiais do país a fim de que os responsáveis pela violência contra a brasileira Paula Oliveira sejam identificados e punidos.

Parabenizando o órgão pela importante missão que desempenha, de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população e na organização de serviços de socorro de emergência em situações de calamidade, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) registrou o apoio do Estado brasileiro, em suas três esferas, à entidade, desde a sua fundação até os dias atuais.

Ao condenar o ataque de caças israelenses a instalações da ONU e da Cruz Vermelha na Faixa de Gaza, João Pedro (PT-AM) ressaltou o trabalho dos voluntários da instituição na região, distribuindo alimentos e socorrendo as vítimas da guerra. Ele agradeceu a ação da entidade no atendimento às

vítimas das enchentes em Santa Catarina.

– Quero prestar solidariedade a esse olhar, esse princípio da Cruz Vermelha de estar ao lado de quem precisa do auxílio, de quem precisa da cirurgia, de quem precisa do alimento e de quem precisa do afeto – afirmou.

Voluntariado

Mão Santa (PMDB-PI) lembrou a história da instituição e citou os princípios fundamentais em que se baseia a Cruz Vermelha no Brasil: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade.

No final da sessão, o presidente da Cruz Vermelha Brasileira, Luiz Fernando Hernandez, relatando ações desenvolvidas pela instituição nas favelas cariocas, agradeceu aos senadores pela homenagem e pediu também o apoio para que seja aprovado o projeto do senador Crivella na Câmara dos Deputados. Segundo o dirigente, as receitas da entidade atualmente não cobrem nem as despesas operacionais de dois meses.

Depois da sessão de homenagem, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) elogiou em discurso no Plenário a atuação da Cruz Vermelha no Rio Grande do Sul, citando o trabalho da organização com dependentes químicos, especialmente os alcoólicos.



Instituição de data resultou de projeto apresentado por Lúcia Vânia

de salvar vidas de mulheres brasileiras".

– Nunca é demais enfatizar que, 43 anos após a entrada em funcionamento do primeiro mamógrafo, esse exame permanece sendo, ainda hoje, o único método viável para detectar lesões mamárias em pacientes assintomáticas e sem nódulos palpáveis – afirmou Lúcia Vânia.



Jefferson cita discurso do presidente do Confea em defesa da educação

Jefferson Praia registra posse de diretoria do Confea

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) descreveu ontem, em discurso, sua participação na posse da nova diretoria do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), na noite de quarta-feira. O parlamentar destacou que o presidente empossado, engenheiro Marcos Túlio de Melo, deu ênfase em discurso à importância da educação para o desenvolvimento do planeta.

“O mundo todo está cada vez mais consciente de que o conhecimento representa hoje o que o aço representou para a revolução industrial”, disse Túlio de Melo, segundo Jefferson Praia. Para o engenheiro, “se quiser ser grande, o Brasil terá de investir naquilo que faz os países serem grandes: educação”.



Sérgio Zambiasi afirma que Braille garantiu cidadania a cegos

Zambiasi presta homenagem a Louis Braille

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez, da tribuna, uma homenagem ao francês Louis Braille pelo bicentenário de seu nascimento, ocorrido no mês passado. O senador disse que Braille, inventor do método de leitura para cegos, garantiu-lhes o acesso a boa parte do acervo literário e científico da Humanidade.

– Graças ao seu sistema, podemos afirmar que foi garantido a milhões de cegos o real acesso à cidadania – frisou.

Zambiasi anunciou que a União Brasileira de Cegos realizará, de 23 a 29 de agosto, a Semana Comemorativa do Bicentenário de Louis Braille. Ele pediu uma sessão especial do Senado em comemoração a Braille e sugeriu que a TV Senado veicule mensagens alusivas ao fato. O senador informou que existem no Brasil cerca de 150 mil cegos.



Papaléo quer ampliar de 180 para 365 dias o direito a isenção no IR

Maior prazo de isenção sobre venda de imóvel

Papaléo Paes (PSDB-AP) apresentou projeto de lei com o objetivo de ampliar o prazo de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física sobre o ganho obtido na venda de imóveis residenciais, desde que o vendedor aplique o dinheiro do negócio na compra de imóveis residenciais.

A proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em decisão terminativa.

Pela proposição, o prazo será ampliado dos atuais 180 dias para 365 dias, contados da data de celebração do contrato de venda. Na justificativa da matéria (PLS 21/09), Papaléo Paes argumenta que um negócio imobiliário tem peculiaridades e complexidades que o diferenciam de qualquer outro.

Projeto impede propaganda em edifícios públicos

O uso de bens da União para fins de publicidade comercial ou de propaganda institucional poderá ser proibido em cidades com mais de 200 mil habitantes ou que tenham especial interesse turístico, caso seja aprovado projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO).

Expedito Júnior explica que o uso do ambiente urbano para a veiculação de publicidade e propaganda é objeto de frequentes polêmicas. "Há quem argumente que o uso das fachadas dos ministérios em Brasília para a veiculação de mensagens institucionais ofende os princípios do tombamento da cidade, que é Patrimônio Cultural da Humanidade", observa o senador.

A proposta (PLS 2/09) modifica o Estatuto da Cidade e aguarda emendas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Após, será examinada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa.



Expedito Júnior: uso de fachadas dos ministérios provoca polêmica

Representação brasileira, constituída por senadores e deputados, reúne-se na próxima quarta-feira para examinar temas polêmicos nas relações de bloco regional

Parlamento debate adesão da Venezuela ao Mercosul

O PROTOCOLO DE adesão da Venezuela, as divergências comerciais entre Brasil e Argentina e os cortes promovidos nas verbas do Orçamento da União para o Fundo de Convergência Estrutural (Focem) do bloco serão debatidos na próxima reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, marcada para a próxima quarta-feira.

O ingresso da Venezuela, já aprovado pela Câmara dos Deputados, chegou a ser debatido na última reunião. Mas a votação foi adiada devido à decisão do presidente da Representação, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), de conceder vista coletiva da proposta. Se receber parecer favorável da Representação, o protocolo ainda será examinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e pelo Plenário.

O documento já foi aprovado pelos parlamentos da Argentina, do Uruguai e da Venezuela. Para que entre em vigor, precisa ter o voto favorável dos legislativos do Paraguai e do Brasil. No caso brasileiro, a adesão da Venezuela enfrenta resistência



Presidente da Argentina, Cristina Kirchner visitará o Brasil em março

por parte de parlamentares da oposição, que levantaram dúvidas a respeito da manutenção do regime democrático naquele país. O pedido de vista foi inicialmente apresentado pelo deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS) e depois tornado coletivo.

Por iniciativa de Mercadante, a Representação deverá pronunciar-se também sobre a tensão entre Brasil e Argentina a respeito ao comércio bilateral. Em recente visita ao presidente do Senado, José Sarney, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, sugeriu que o Brasil adote em relação aos produtos argentinos as mesmas restrições

adotadas pelo país vizinho contra produtos brasileiros.

Também após visita a Sarney, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse estar preocupado com a expansão do protecionismo – a seu ver, um “veneno” que agrava a crise econômica mundial. O debate sobre o tema na Representação ocorrerá apenas algumas semanas antes da visita ao Brasil da presidente da Argentina, Cristina Kirchner, programada para março.

O colegiado deverá debater ainda a redução das verbas destinadas ao Focem no Orçamento da União. O fundo – formado principalmente por recursos do Brasil e da Argentina – tem sido o principal instrumento para a redução das assimetrias dentro do Mercosul, ao destinar recursos a projetos de desenvolvimento das economias menos desenvolvidas do bloco, Uruguai e Paraguai.

A Representação poderá aprovar moção que expresse a preocupação com o corte dos recursos. O documento seria enviado aos presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, além de ministros.

Colombo quer proibir empréstimo ao exterior

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC) apresentou projeto de lei para impedir que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financie governos e empresas de outros países. Ao explicar por que propôs a medida, o parlamentar lembrou a polêmica envolvendo o Equador – que contestou o pagamento de parte do empréstimo de US\$ 243 milhões concedido pelo BNDES.

A proposta (PLS 11/09) será analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual receberá decisão terminativa.

Segundo Raimundo Colombo, os governos mais beneficiados pelo BNDES são da América do Sul e, mais recentemente, de Angola. Ele afirma que o saldo atual de desembolsos para esses países seria de aproximadamente US\$ 1,6 bilhão. Apesar de reconhecer que as operações servem de apoio às exportações brasileiras, pois muitas vezes consistem em financiamentos à importação de bens e serviços nacionais, o senador argumenta que “não está claro (...) se a atuação do BNDES é de fato imprescindível à realização da venda externa”. Além disso, ele aponta o risco de os empréstimos serem concedidos a países “com histórico ruim, e que, por isso mesmo, representam risco elevado”.



Raimundo Colombo: emprestar a países com “histórico ruim” é arriscado



Mercadante divulgou nota contra restrição a produto argentino

Mercadante alerta para risco de ação protecionista

Dois dias depois de o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, defender restrições à importação de produtos argentinos, o presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), divulgou nota em que condena a adoção de “aventuras unilaterais e protecionistas”.

Na saída da visita ao presidente do Senado, José Sarney, na terça-feira, Skaf criticou o governo argentino por não liberar licenças de importação de produtos brasileiros apresentadas entre outubro e novembro de 2008. Além disso, afirmou, o país vizinho estaria adotando medidas *antidumping* com “critérios duvidosos”.

Na nota, Mercadante afirma que o licenciamento não-automático de importações está de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), desde que aplicado “de forma comedida e não-discriminatória”. Mas, adverte, a medida pode transformar-se em uma “quase intransponível” barreira técnica às importações. Nesse sentido, segundo ele, procedem as queixas de Skaf.

Mercadante considerou precipitada, porém, a proposta para que haja retaliação contra a Argentina. Ele observou que o Brasil obteve em 2008 superávit de US\$ 4,3 bilhões no comércio com o país vizinho. Além disso, alertou, a adoção de medidas de retaliação poderia levar a uma nova onda protecionista no Mercosul.



Para a senadora, multa alta deve forçar igualdade salarial

Serys quer obrigar salário igual para homens e mulheres

Com o objetivo de assegurar salários iguais para homens e mulheres que executam o mesmo trabalho, Serys Shlessarenko (PT-MT) apresentou proposta objetivando punir com multa administrativa, de duas a 20 vezes o salário da trabalhadora prejudicada, o empregador responsável pela discriminação salarial.

Pelo projeto (PLS 25/09), a multa será elevada em 50% em caso de reincidência. A proposta está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em fase de recebimento de emendas, e deverá ser examinada depois pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em sua justificativa, Serys argumenta que a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT (Decreto-Lei 5.452/43) já exige que homens e mulheres recebam salário igual para cumprimento de função igual ou equivalente, mas as sanções administrativas previstas são insuficientes para garantir o cumprimento do dispositivo por parte dos empregadores. Segundo a senadora, a elevação das multas deverá funcionar como um instrumento para dissuadir os empregadores potencialmente infratores.

Projeto contra overbooking deve ser votado na CDR

Pronto para ser votado, o projeto que pune as empresas aéreas que praticarem *overbooking* – excesso de reservas –, e as que atrasarem, interromperem ou cancelarem voos, deverá ser o primeiro item da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

No colegiado, tramitam 21 proposições, a maioria aguardando o parecer de seus relatores. De autoria de Serys Shlessarenko (PT-MT), o projeto sobre as companhias aéreas (PLS 114/04), que será votado em decisão terminativa na CDR, tramita em conjunto com outras três proposições.

A comissão deve examinar ainda substitutivo de Patrícia Saboya (PDT-CE) a projeto (PLC 60/06) que obriga hotéis e similares a reservarem apartamentos e respectivas instalações sanitárias acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Também está na comissão projeto (PLS 343/04) do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) que autoriza a exploração de cassinos em hotéis da região amazônica e do Pantanal.